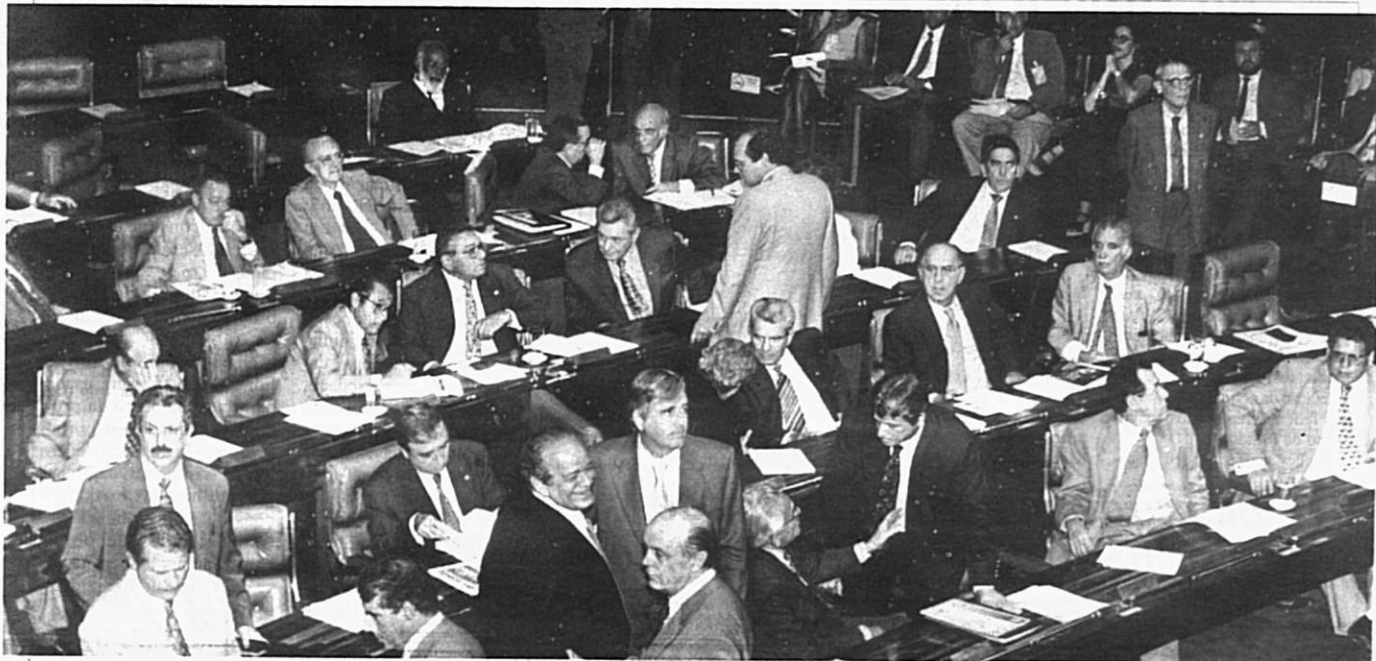


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 649 - Brasília, quinta-feira, 12 de março de 1998



Com o plenário lotado, 14 senadores debateram a reforma administrativa antes da votação final. Foram 56 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção

Reforma administrativa tem aprovação final

No prazo de apenas três meses, proposta é discutida e votada pelo Senado, devendo ser promulgada nos próximos dias. "Mudanças representam uma vitória para o Brasil e, principalmente, para os estados", garante Antonio Carlos Magalhães

O Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, a reforma administrativa. Foram quase três horas de debates com a participação de 14 senadores. A mudança autoriza a demissão de funcionários públicos quando os gastos com a folha de salários ultrapassarem 60% da receita líquida e impede que nos

quatro anos seguintes sejam reabertas as vagas fechadas. A proposta teve 56 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção. As lideranças do PFL, do PMDB e do PSDB recomendaram voto a favor, a liderança do PTB liberou a bancada e o Bloco Oposição votou contra. **Páginas 3 a 5**



Os senadores da CCJ decidiram convidar para a discussão o ministro da Saúde e Adib Jatene

CCJ debate abertura da saúde às multas

A abertura da exploração do setor de saúde a empresas estrangeiras, prevista em emenda constitucional do senador Júlio

Campos, provocou prolongado debate ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Página 6**

Comissão quer investigar as contas do Inpe

PÁGINA 2

Lampreia é chamado para esclarecer Alca

PÁGINA 5

Comissão quer avaliar contas do Inpe e de Rondônia

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC), presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), aprovou, no início da noite de ontem, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma tomada de contas especial junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Também foi aprovado requerimento do senador Emandes Amorim (PPB-RO) para a criação de uma subcomissão, composta por senadores e assessores, que promova a fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia.

Suplicy apresentou seu requere-



Presidida por João Rocha, a Comissão de Fiscalização reuniu-se à noite com base em denúncias de que possa ter havido fraude na licitação para execução de projeto de um conjunto de plataformas de satélites, enquanto Emandes Amorim alegou haver "indícios claros de mau uso, por parte do governo de Rondônia, na aplicação dos recursos federais que têm sido repassados para aquele estado".

Bianco diz que estado deixou de receber R\$ 10 milhões do Orçamento

O senador José Bianco (PFL-RO) disse ontem que o seu estado deixou de receber cerca de R\$ 10 milhões em recursos do Orçamento da União para aplicação no setor da indústria agropecuária naquela região, que seriam repassados pelo Banco da Amazônia S/A (Basa) por conta do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Segundo o senador, apenas R\$ 13 milhões, dos R\$ 23 milhões liberados no Orçamento de 1997, chegaram aos cofres do Basa para beneficiar pequenos agricul-



Bianco: recursos iriam para agropecuária

tadores, através de créditos para a produção local.

- Quero registrar aqui o meu protesto pela não-aplicação de importância tão significativa em região

tão carente de investimentos - frisou José Bianco, lamentando a falta de perspectiva de desenvolvimento para Rondônia, em face das prioridades orçamentárias do governo federal.

- A própria presidente do Basa, Flora Valadares, já informou que o FNO deixou de aplicar na Amazônia cerca de R\$ 190 milhões nesse período, fato que causa estranheza - enfatizou José Bianco, lembrando que o governo alegou falta de infra-estrutura para a aplicação dos recursos naquela área.

Senado homenageia bibliotecários

O projeto de lei de autoria do então senador Marco Maciel que trata do exercício da profissão de bibliotecário será votado hoje numa homenagem da Casa à categoria, pelo transcurso da data dedicada a esses profissionais. A sessão do Senado será realizada a partir das 10h. A proposição já havia sido aprova-

da pelo Senado, mas foi emendada pela Câmara dos Deputados e retornou à Casa, tendo como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Será também apreciada pelo plenário solicitação do governo do Tocantins para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 68,7 milhões, para o financiamento do Pro-

grama de Desenvolvimento Rural. Também votado pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para que seja retificada a resolução do Senado que autorizou o estado a contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor de US\$ 250 milhões, para o financiamento do Programa de Reforma do Estado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Participa da reunião da Comissão Executiva Nacional do PFL. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

13h30 - Participa de almoço na Embaixada de Portugal. SHIS - QI 11 - corq. 9 - casa 23 - Lago Sul

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "Ofício nº S/110/97, encaminha solicitação do governo do estado do Tocantins a respeito de operação de crédito externo

junto ao The Export-Import Bank of Japan, no valor de US\$ 68,7 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural através do Programa de Eletrificação Rural; "Ofício nº S/15/98, encaminha solicitação do governo do estado do Rio de Janeiro no sentido de que sejam procedidas retificações na Resolução nº 8/98, do Senado Federal, que autorizou o estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 250, destinada ao financiamento do Programa de Reforma do Estado; e emendas da Câmara dos Deputados ao "PLS nº 10/92, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário

Júnia pede duplicação de trecho da BR-267

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) defendeu ontem, no plenário do Senado, a necessidade da duplicação do trecho da rodovia BR-267, que liga Juiz de Fora a Leopoldina, cidade da Zona da Mata mineira. "Com a grande intensificação do tráfego entre as duas cidades, a rodovia se transformou numa verdadeira rota da morte, em função de sua precariedade, com muitos buracos e sem acostamento", disse.

Júnia relatou sua visita de ontem ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acompanhada de prefeitos, deputados federais e estaduais, todos ligados à região, numa iniciativa que englobou quase todos os partidos políticos.

"O ministro determinou a realização imediata de estudos técnicos e levantamento de custos da obra de duplicação da estrada, bem como da construção de trevos para seu acesso", afirmou.

A senadora mineira lembrou que, com a conclusão da fábrica de veículos Mercedes Benz, em Juiz de Fora, a BR-267 será usada para o escoamento da produção destinada à exportação, através do porto de Vitória. "É imperativo que sejam melhoradas as condições de tráfego nessa estrada, através de obras emergenciais, sob pena de se criar um estrangulamento rodoviário na região."



Júnia acompanhou prefeitos e deputados na audiência com o ministro

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

REFORMA ADMINISTRATIVA

Senado aprova novo modelo de serviço público

Depois de quase três horas de discussão, o plenário do Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, a reforma administrativa, destinada a permitir que União, estados e municípios equilibrem suas finanças. A mudança autoriza a demissão de funcionários públicos estáveis quando os gastos com a folha de salários ultrapassarem os 60% da receita líquida, mas impede que nos quatro anos seguintes sejam reabertas as vagas fechadas.

- Essa é a reforma do serviço público brasileiro reclamada pela população. Ela permitirá que o governo federal, os estados e os municípios ofereçam melhores serviços à população - afirmou o relator da proposta, senador Romero Jucá (PFL-RR).

A reforma, que altera 28 artigos da Constituição, terá a sua redação final votada pelo plenário em uma semana, antes de ser promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara, entrando em vigor em seguida. A proposta recebeu 56 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção. As lideranças do PFL, do PMDB e do PSDB recomendaram voto a favor, a liderança do PTB liberou a bancada e o Bloco Oposição votou contra. A proposta foi discutida e votada pelo Senado em apenas três meses e 11 dias, depois de aprovada pela Câmara dos Deputados.

Quatorze senadores discutiram a reforma em plenário antes da votação, a maioria manifestando-se contra os artigos que quebram a estabilidade empregatícia dos servidores públicos efetivos e alertando que, após as eleições deste ano, deverá haver demissões de funcionários em todo o país.

Outros quatro senadores apresentaram requerimentos para que fossem votados alguns trechos separadamente, com o objetivo de suprimi-los. Os requerimentos foram rejeitados. Jefferson Péres (PSDB-AM) pretendia eliminar a possibilidade de se manter funcionário em disponibilidade com salário apenas proporcional ao tempo de serviço, quando for extinto seu



Entre os senadores Elcio Alvares, Sérgio Machado e Hugo Napoleão, Antonio Carlos Magalhães preside a sessão que marcou o encerramento da votação da emenda constitucional da reforma administrativa

cargo. Ney Suassuna (PMDB-PB) propôs votar em separado o parágrafo que determina a avaliação especial de desempenho para que novos funcionários sejam efetivos no serviço público.

José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou requerimento para que fossem votados separadamente os parágrafos que permitem a demissão de servidor estável por excesso de gastos. Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fez a mesma proposta, além de tentar suprimir o parágrafo que trata da disponibilidade com remuneração apenas proporcional ao tempo de serviço.

A reforma administrativa permite que, além das demissões para redução dos gastos públicos, poderão ser demitidos servidores que apresentarem desempenho insuficiente. Uma lei irá detalhar como se dará essa avaliação, mas prevê que o servidor terá todo direito de defesa. A mudança constitucional estabelece que só continuará com estabilidade empregatícia os servidores de carreiras típicas de Estado (como policiais, diplomatas e fiscais da Receita Federal). As demissões para equilíbrio financeiro (gastos com pessoal limitados a 60% da receita líquida) só poderão ser feitas depois que houver um corte de 20% nas funções comissionadas e demitidos os não-estáveis (aqueles que entraram no serviço público sem concurso depois de 5 de outubro de 1988). Os demitidos receberão um salário para cada ano trabalhado.

Outra mudança considerada importante na reforma administrativa é a fixação do salário máximo a ser pago no serviço público (inclusive para aposentados), que será a remuneração de ministro do STF - R\$ 12.720,00. Nesse teto entram gratificações e todo tipo de vantagem pessoal. Um dos artigos alterados aumenta de dois para três anos o período de estágio probatório para concursados, ao mesmo tempo em que desobriga a União, os estados e os municípios a contratar concursados pelo Regime Jurídico Único.

PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

ESTABILIDADE

Fim da estabilidade do servidor público, com a previsão de demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros (antes de demitir servidores estáveis para reduzir gastos, o governo terá de dispensar os funcionários não estáveis e cortar 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança)

TETO DE REMUNERAÇÃO

Estabelecimento do teto de remuneração, nele incluídas as vantagens pessoais e computada a soma dos valores percebidos como remuneração/subsídio e provento de aposentadoria/pensão (ninguém poderá ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal)

CONCURSO PÚBLICO

Manutenção do concurso público como única forma de acesso a cargo público

QUALIDADE

Introdução do princípio da "qualidade do serviço prestado" entre os artigos gerais da administração pública

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Aumento de 2 para 3 anos do prazo de efetivo exercício em cargo público, do estágio probatório

SUBTETO

Estabelecimento de um subteto, mediante a permissão de definição da relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos na União, nos estados, no Distrito Federal e municípios

EX-TERRITÓRIOS

Regularização, nos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, da situação dos servidores federais que, na data da promulgação da Constituição de 1988, trabalhavam para estatais e prefeituras conveniadas

DISPONIBILIDADE

Possibilidade de disponibilidade de funcionários com remuneração proporcional ao tempo de serviço

REMUNERAÇÃO

Aperfeiçoamento do sistema de remuneração, proibindo-se que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam acumulados, e exigindo-se lei específica para aprovação de qualquer aumento de remuneração nos três Poderes

CARGOS EM COMISSÃO

Limitação da criação de cargos em comissão apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento; reserva das funções de confiança para os ocupantes de cargo efetivo

REGIME JURÍDICO ÚNICO

Fim da obrigatoriedade de adoção do Regime Jurídico Único (sua adoção ou não depende de decisão política autônoma da União, dos estados e municípios)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Teto salarial é ponto positivo, destaca Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou, antes da votação em segundo turno da reforma administrativa, que rejeitaria sua proposta

a favor da proposta, por entender que ela contém pontos positivos, como o teto máximo de vencimentos para os servidores públicos.

No entanto, na opinião do senador, as reformas estão sendo apreçadas como a solução para os problemas nacionais, e a sociedade está sendo levada a crer que a sua aprovação vai acabar com o déficit público. Tebet salientou que isso não é verdade, especialmente porque a proposta de reforma administrativa está voltada para o servidor público como se todos os males do país fossem causados pelo funcionalismo.

Ramez Tebet voltou a dizer que defende a estabilidade para o servidor público porque ela livra o servidor da ameaça da perseguição política. No entanto, entende que não é verdade que a estabilidade esteja quebrada. O senador lembrou que muitos pontos da reforma precisam de leis complementares que, no seu entender, não serão votadas em ano eleitoral. Ele também não acredita em demissões pelos governos diante da crise de desemprego.

Para Ramez Tebet, o desemprego é uma das causas do aumento da violência no país. Ele sugeriu que seja criado o Código Nacional do Cidadão, para colocar em discussão as causas e as formas de combate à violência.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a criação de uma comissão especial para analisar as causas do desemprego. O senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que o governo não tem enfrentado a questão do desemprego. O senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, afirmou que a administração federal não está indiferente ao desemprego, lembrando que o problema será debatido na reunião ministerial de sexta-feira.

Emília teme demissão de funcionários

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse ontem, durante a discussão da proposta de reforma administrativa, que o assunto deveria ter sido fruto de um debate mais amplo e profundo da sociedade, verificando-se a situação real de estados e municípios, uma vez que se aprova que a reforma seria fundamental para a melhoria financeira dessas instituições.

A senadora mostrou-se preocupada com a possibilidade de demissão de servidores públicos, destacando que, se o governo calcula que vai economizar R\$ 9 milhões com essas demissões, provavelmente irá realizá-las após as eleições.

Emília Fernandes observou ainda que, ao contrário do que diz o governo, o país não tem excesso de funcionários, mas faltam servidores nas áreas da saúde e da educação.

Benedita vê "perseguição autorizada"

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou ontem injusto que o Senado aprove a quebra da estabilidade do servidor público exatamente quando o país

já enfrenta a preocupação com o aumento do desemprego e da criação do contrato temporário de trabalho.

Em sua opinião, a quebra da estabilidade vai resultar na "perseguição autorizada". A senadora pregou a necessidade de uma reforma que possibilite o controle e a fiscalização da máquina administrativa, explicando ainda que as reformas tributária, previdenciária e do serviço público deviam ser correlatas. Conforme Benedita da Silva, o servidor público desempregado hoje é o camelo de amanhã, que amplia a legião dos subempregados e também inquietos com a falta de um sistema previdenciário que lhes garanta a sobrevivência na velhice.

Júnia Marise aponta falta de discussão

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) previu ontem que, em razão da quebra da estabilidade do servidor público, muitos governadores vão começar a

fazer demissões. "E muitos servidores serão perseguidos de forma discricionária pelos governantes", observou a senadora, afirmando que uma das questões mais lamentáveis da reforma administrativa foi os senadores não terem tido a oportunidade de discutir mais profundamente o assunto.

Na opinião de Júnia Marise, o Legislativo não está fazendo uma reforma do Estado, mas aprovando, pela maioria que apoia o governo, uma mudança no regime do funcionalismo que quebra a estabilidade do servidor e dá aos governantes o poder discricionário para a demissão de funcionários.

Bernardo Cabral manifesta apoio com ressalvas

"A minha posição contra o término da estabilidade do funcionário público é conhecida desta Casa e do país inteiro, seja pelos

discursos aqui pronunciados, seja pelas palestras que fiz em vários entes de classe ao longo do país", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao anunciar seu voto a favor da reforma administrativa.

- Os argumentos já foram emitidos anteriormente - e de forma exaustiva. Assim, para não ser repetitivo, limito-me a ressaltar que, nesse particular, a reforma administrativa não está estruturada constitucionalmente, como seria de desejar - afirmou Bernardo Cabral.

Cafeteira: desemprego será agravado

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse ontem que em ano de eleições o problema do desemprego se agravará. "Aqui se falou que o desemprego é resul-

tante da máquina, que substitui o homem, mas a máquina que faz as eleições é de fato a máquina que vai demitir em grande quantidade brasileiros e brasileiras", disse o parlamentar.

Cafeteira observou que os senadores sabem o que se faz nos estados e municípios com funcionários que discordam dos governantes. Para o senador, a reforma administrativa não flexibiliza a estabilidade, mas quebra uma das únicas garantias do servidor. "Nós estamos dando garantia a prefeitos e governadores para demitirem quem quiserem. Uns senadores vão votar como Pilatos, mas outros sabem que, com seu voto, vão sacrificar o funcionário público."

Lauro condena desmonte do setor público

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o atual processo de desconstitucionalização, desemprego, destruição e desmantelamento dos serviços

públicos responde a uma busca de economia dos recursos federais, "para transferi-los aos banqueiros nacionais e internacionais". Este, a seu ver, seria o objetivo da reforma administrativa.

Um dos pontos da emenda destacada pelo senador foi o que fixa o teto salarial do funcionalismo, que representa 106 salários mínimos, diferença que, na sua opinião, mostra como os sociais-democratas brasileiros esqueceram o conteúdo razoavelmente humano que iluminava sua doutrina. Na Inglaterra, comparou Lauro Campos, a renda de um parlamentar é apenas sete vezes superior aos salários dos trabalhadores nas minas de carvão.

Valadares critica fim da estabilidade

Ao abrir ao plenário seu voto contra a reforma administrativa, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que não

será com a quebra da estabilidade que se recuperará a credibilidade da administração pública na prestação de serviços.

Na opinião do senador, além de vítima de "humilhantes remunerações", o funcionalismo agora passará a ser objeto de uma espécie de "castigo, que pode ser aplicado a qualquer tempo".

Em contraposição, observou Antonio Carlos Valadares, os dados referentes à arrecadação federal demonstram um incremento de 23,15% em janeiro-fevereiro de 1998, sobre os valores arrecadados nos mesmos meses, em 1997.

Mudanças são um retrocesso, adverte Rocha

"Não devemos confundir reforma com retrocesso", disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao manifestar-se

contra a emenda constitucional da reforma administrativa. "O que está se votando implica um grande retrocesso em conquistas que foram feitas tempos atrás e que agora o governo estimula sua bancada a eliminar da Constituição federal", afirmou ele.

Em sua opinião, essa reforma não contribui para o controle dos gastos nem para o equilíbrio das contas públicas, mas penaliza os que trabalham na administração. "Eu vou votar contra essa reforma porque ela contém retrocessos com os quais não posso concordar", disse o parlamentar.

REFORMA ADMINISTRATIVA

ACM prevê regulamentação em 1998

Ao sair do plenário logo após a aprovação da reforma administrativa em segundo turno, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou sua importância para os estados, que poderão flexibilizar seus gastos com pessoal para poder investir nos projetos de infra-estrutura que geram desenvolvimento e empregos.

Para Antonio Carlos, ninguém deve temer demissões políticas por causa da quebra da estabilidade do servidor público. "Esse

tempo já passou. Hoje, quando há demissões políticas, isso repercute mal contra quem demitiu. Quem trabalha bem nada tem a temer. Mas ganhar sem trabalhar não é bom para o país", afirmou.

O presidente do Senado admitiu que a reforma, para entrar em vigor, precisa de regulamentação. "Isso pode ser feito rapidamente. O governo envia um projeto e o Congresso irá colaborar, mais uma vez, aprovando a proposta com celeridade", disse, garantindo que o processo pode estar concluído

ainda em 1998.

Antonio Carlos explicou que a reforma administrativa terá um efeito benéfico sobre a estabilidade econômica. "Portanto, sua aprovação representa uma vitória para o Brasil e, principalmente, para os estados, que terão um instrumento poderoso para sanear suas finanças. O Congresso cumpriu seu dever, que culmina agora, na aprovação da reforma administrativa no Senado e, brevemente, da reforma previdenciária na Câmara", destacou.

Suplicy lamenta a rejeição de emendas



Por entender que o projeto de reforma administrativa continha várias inconstitucionalidades e contradições é que o Bloco Oposição apresentou quase 30 emendas

no propósito de corrigir o texto, advertiu ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em sua opinião, a reforma deveria trazer mais racionalidade ao serviço público, e não gerar tantas incongruências.

Suplicy, que é líder do Bloco Oposição, lastimou que todas as emendas tenham sido rejeitadas, embora muitas buscassem apenas corrigir imperfeições técnicas do texto. E afirmou que "essa pseudo-reforma nem sequer garante que a qualidade e a quantidade dos serviços prestados vá melhorar.

Josaphat vê predomínio do Executivo



Favorável à aprovação de destaques para votação em separado que modificassem pontual e crucialmente a proposta de reforma administrativa do Executivo, o

senador Josaphat Marinho (PFL-BA) anunciou que, no 2º turno, votaria também contra o projeto.

- A proposta rompe o princípio do equilíbrio entre os Poderes, fere direitos adquiridos e adultera o instituto da estabilidade - justificou.

Pela reforma administrativa, Executivo, Legislativo e Judiciário, como salientou, deverão fixar seus subsídios através de lei de iniciativa conjunta, suscetível de sanção presidencial. A medida, a seu ver, afronta a Constituição, pois assegura uma predominância do Executivo sobre os outros Poderes.

Dutra destaca incoerência no texto aprovado



Com "coisas boas, descartáveis ou desprezíveis, a reforma administrativa assemelha-se a um passeio num supermercado", segundo justificativa de voto contrário apre-

sentada ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Mesmo entre os aspectos positivos, na opinião do senador, a reforma peca pela incoerência: fixa um teto de remuneração para todo o setor público, mas abre a possibilidade de os dirigentes de estatais extrapolarem esse limite.

Uma verdadeira reforma na administração pública, para Dutra, deveria privilegiar o "bom atendimento ao cliente", a participação da sociedade na definição, fiscalização e controle dos serviços prestados, e o "bem-estar e satisfação dos colaboradores, ou seja, os funcionários".



Antonio Carlos: "Vitória do Brasil"

Suassuna diz que servidor não é inimigo



"Será que algum empresário teria a loucura de falar mal de seus empregados todo dia, negar reajuste de salário para acompanhar a inflação e ainda exigir que trabalhem bem?"

A pergunta foi feita em plenário pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao comentar a situação do funcionalismo público.

- Agora, sem reajuste, os servidores públicos também são passíveis de demissão - lamentou o senador. Ele discordou da avaliação especial de desempenho para que um concursado adquira estabilidade. "Essa avaliação será feita por quem e com que critérios?", questionou.

Suassuna discordou da política de fazer do servidor o "inimigo número um do país. É isso que o governo está fazendo. No entanto, estes cidadãos não ganharam na loteria; eles fizeram concurso público".

Jucá aposta em serviços melhores

O relator da proposta de emenda da reforma administrativa, senador Romero Jucá (PFL-RR), afirmou ontem da tribuna ter certeza de que "a população apóia a reforma, porque ela cria condições para que sejam melhorados os serviços públicos em todo o país".

- O povo está cansado de impostos altos e serviços públicos ruins e o Senado está aprovando uma reforma que permitirá mudar essa situação - disse.

Romero Jucá observou que a reforma ficou conhecida por quebrar a estabilidade de emprego do servidor público, mas ela apresenta pontos que interessam aos próprios funcionários, como a determinação de reajuste salarial anual. Para ele, a mudança vai fortalecer e melhorar a imagem dos servidores. Frisou ainda que a mudança constitucional obriga estados e municípios a reduzirem seus gastos com a folha salarial a 60% de suas receitas líquidas, inclusive proibindo o governo federal de repassar verbas aos estados e municípios que não observarem este limite.

Em entrevista à imprensa, Jucá disse não acreditar que os estados e municípios tentariam demitir servidores, mas sim adotar medidas para reduzir seus gastos com pessoal. "Não acredito em demissão, mas sim em ajuste fiscal por parte de governadores e prefeitos."

O senador disse que, por ter proposto em seu relatório a prejudicialidade do artigo que permitia a aposentadoria especial de juizes, foi atacado por integrantes da magistratura. "Em Roraima, os desembargadores chegaram a publicar ataques à minha pessoa pela imprensa", informou. Para ele, essa foi outra decisão tomada pelo Senado "que contou com o total apoio da população".



Jucá lembra reajuste anual

Comissão ouvirá Lampreia sobre criação da Alca

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, será convidado a prestar informações junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado a respeito de acordos entre o Brasil e Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e países do Mercosul, e sobre as negociações para a criação da Associação de Livre Comércio das Amé-

ricas (Alca). O convite foi aprovado em reunião realizada no início da noite de ontem, a partir de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na mesma reunião, foram aprovados acordos de cooperação do Brasil com diversos países, em áreas como combate à criminalidade, turismo, serviços aéreos e relações interparlamentares.



A comissão aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy

Comissão aprova sugestão do senador Pedro Simon de convidar ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e o médico Adib Jatene para um debate sobre emenda constitucional que permite investimentos estrangeiros no setor

Capital externo na saúde provoca polêmica

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem convidar o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e o ex-ministro Adib Jatene para um debate sobre proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Júlio Campos (PFL-MT) que acaba com a proibição de participação de empresas ou capital estrangeiro na assistência à saúde no país.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), comprometeu-se a fazer o convite ao ministro e ao ex-ministro por telefone, a fim de tentar garantir a presença de ambos já na próxima semana. Somente após o debate é que a comissão votará a matéria.

A proposta recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Mas Bernardo Cabral apresentou voto em separado sugerindo a rejeição da matéria. Na reunião de ontem, o relator disse que, apesar do voto em separado, não havia modificado seu parecer por entender que a concorrência é

sempre salutar.

O primeiro a discutir a proposta foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele destacou que os que podem pagar já contam com bons hospitais, equipamentos e profissionais. E disse que o Brasil já teve uma série de experiências negativas "com essa abertura desenfreada".

- As empresas nacionais são frágeis, descapitalizadas, sem condições para enfrentar a concorrência - assinalou.

Lúcio Alcântara chamou a atenção para o fato de que o projeto que trata dos planos e seguros-saúde prevê a participação de empresas de capital estrangeiro. "Se o projeto for aprovado, vamos fazer o que eles querem sem reformar a Constituição", acrescentou.

Por sua vez, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou os aumentos abusivos dos preços dos remédios, e o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o ingresso do capital estrangeiro diminuirá a concorrência, já que as empresas nacionais serão esmagadas, e provocará o aumento dos preços dos serviços. Já



A comissão continuará na próxima semana o debate sobre a participação do capital estrangeiro na saúde

o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a necessidade de um debate maior sobre a universalização da assistência à saúde.

A favor da emenda, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que a presença do capital estrangeiro trará nova tecnologia à administração hospitalar, sendo boa para o setor privado. "E o setor público está preservado, é impermeável ao capital estrangeiro", acrescentou.

O senador Bello Parga (PFL-MA) disse que o ingresso de capital estrangeiro nos serviços de saúde privados será saudável, e o

senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou que, com a abertura, a saúde privada no Brasil ganhará em qualidade.

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ter aprendido que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, e lamentou estar vendo que a questão está sendo tratada com argumentos de mercado. Para Requião, entregar ao capital estrangeiro serviços do Estado, como saúde e fornecimento de energia elétrica, é dar a esses serviços um tratamento sob a perspectiva do lucro, que será levado para fora do país.

Adiado projeto de cotas para negros

Pedidos de vistas formulados pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM) e em seguida pelo plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiaram a votação do projeto de lei de autoria do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) que determina que todos os órgãos da administração pública federal direta e indireta sejam obrigados a manter, nos quadros de servidores, 20% de homens negros e 20% de mulheres negras, em todos os postos de trabalho e direção. A matéria voltará à pauta da próxima reunião da CCJ, marcada para a próxima semana.

O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também concedeu pedido de vista ao projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que determina sejam priorizados os procedimentos adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Na justificativa da matéria, Ramez Tebet alega que é inaceitável que os órgãos a que se destinam os resultados das CPLs, no caso o Ministério Público, venham a neutralizar, por acúmulo de serviços ou de qualquer outra razão, os trabalhos realizados pelo Legislativo. Enfatiza, ainda, que a lentidão com que os processos se arrastam é "a principal causa da impunidade", esclarecendo que o interesse público tem que prevalecer sobre o particular.

Fim de juiz classista volta à pauta no dia 25

A concessão de vista coletiva adiou a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de emendas de plenário à proposta de emenda constitucional de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura do juiz classista. A discussão da matéria será retomada no próximo dia 25.

O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), deu parecer favorável a duas das quatro emendas de plenário - uma que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho (TST), garantindo maior precisão ao critério da proporcionalidade, e outra que assegura o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do TST, dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.

As demais emendas foram rejeitadas por Jefferson, sob o argumento de que, ao tentar restabelecer a figura do juiz classista, ainda que dando novas conotações ao texto cons-



Miranda: votação adiada

titucional, elas "não se coadunam com o pensamento já expresso pela comissão, que decidiu retirar da Justiça trabalhista a figura do juiz classista".

Após a apresentação de seu parecer, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) sugeriu uma audiência pública para que a comissão obtivesse uma orientação mais precisa sobre a proposição. Mas o relator lembrou que o assunto já havia sido decidido em outubro pela CCJ, e que o que estava em questão naquele mo-

mento eram apenas as emendas de plenário.

Francelino Pereira pediu então vista da matéria, no que foi acompanhado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Apesar do adiamento da votação, o debate prosseguiu. Autor de uma das emendas rejeitadas pelo relator, que prevê um rodízio de juizes classistas com base na representatividade das entidades, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) argumentou que a decisão adotada pela CCJ em outubro sofreu a influência de reportagens sobre o mau uso da representatividade classista e foi tomada sob emoção.

A favor de um tempo maior para a análise da questão, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que a matéria era delicada e manifestou-se contrário à pura extinção dos juizes classistas, porque isso, no seu entender, irá elitizar a Justiça do Trabalho, "que passará a ser uma Justiça burguesa como as outras".

- Sei dos inconvenientes na escolha de boa parte dos juizes clas-

sistas e de muitos que não corresponderam às expectativas. Mas fui advogado trabalhista e apurei a importância do juiz classista, sobretudo nas Juntas de Conciliação e Julgamento, quando ele aprecia matéria de fato, peculiaridades do processo de trabalho nas empresas que, muitas vezes, escapam aos juizes e mesmo aos advogados - assinalou Josaphat.

O senador Gilberto Miranda defendeu, então, a concessão de vista para um melhor exame da questão. E o relator, Jefferson Péres, contestou Amin, afirmando que, de sua parte, não houve emocionalismo no julgamento da matéria.

- Ou o juiz classista será isento, e não representará sua categoria, ou será faccioso, e assim não será um bom juiz.

Ainda na reunião de ontem, a CCJ aprovou parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável a emendas de redação apresentadas em plenário ao projeto de lei que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região.



Flaviano: proteção ao ambiente

Baterias de celular deverão ser recicladas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que obriga os estabelecimentos que comercializam baterias de telefones celulares a recebê-las de volta após o uso. Além disso, estarão obrigados a estabelecer mecanismos para descarte, reciclagem ou reprocessamento do material. As embalagens das baterias deverão conter advertência sobre os riscos oferecidos à saúde e ao meio ambiente, devido à sua composição, que inclui metais pesados como zinco, mercúrio, cádmio e chumbo.

Segundo o senador Ottoniel Machado (PMDB-GO), relator do projeto, a correta disposição final de resíduos perigosos constitui um dos mais sérios desafios ambientais da atualidade.

Os graves danos que esses materiais, na forma de metais pesados, trazem ao solo e à água, têm levado os países desenvolvidos a adotar normas rígidas para descarte desses materiais, ficando evidenciada a dimensão do problema no mundo atual - justificou o senador.

O projeto, aprovado em decisão terminativa, segue, agora, para tramitação na Câmara dos Deputados.

TV debate imunidade parlamentar

Um projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que acaba com a imunidade dos congressistas que cometerem crimes comuns, é o assunto da entrevista de hoje na TV Senado. Pela proposta, apresentada em 1995, casos como o do deputado Sérgio Naya iriam logo para a Justiça, sem precisar da licença prévia do Congresso. O entrevistado é o autor do projeto.

Projeto a ser enviado à Câmara altera a lei que concede o benefício somente a quem já apresenta os sintomas da doença

Aprovado saque do FGTS para portador do HIV

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que permite o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus da Aids. O projeto, de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), acrescenta dispositivo à Lei 8.036, de 1990, que permitia o saque somente quando o titular da conta já apresentasse os sintomas da doença. A senadora acredita que o projeto, que agora será enviado à Câmara dos Deputados, representa um avanço em relação à lei atual.

A legislação em vigor é muito tímida. Agora o paciente poderá retirar o dinheiro num estágio menos grave da doença, quando ainda há condições para tentar um tratamento eficaz - afirmou.

Emília Fernandes defendeu mu-

danças no perfil do combate à Aids no Brasil, uma vez que a doença já não se concentra apenas nos grandes centros, nem predominantemente entre homens adultos.

MULHER

Na mesma reunião, a comissão aprovou substitutivo da senadora Emília Fernandes a projeto que disciplina garantias de acesso da mulher ao mercado de trabalho. Segundo a senadora, o projeto, que se-

gue para apreciação na Câmara, põe fim à discriminação da mulher no mercado de trabalho.

Práticas como considerar o sexo determinante para fins de remuneração ou ascensão profissional ficam definitivamente vedadas, o que não impede a adoção de medidas para corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher - disse.



A CAS aprovou projeto da senadora Emília Fernandes em caráter terminativo

Osmar pede pressa no projeto sobre tratamento de câncer

O projeto de lei que libera o uso de medicamentos entorpecentes no tratamento de pacientes com câncer, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), em novembro do ano passado, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, o projeto, que teve aprovação muito rápida no Senado, "devido à sua importância para o tratamento dos doentes de câncer", deveria ter tramitação semelhante na outra Casa legislativa. Nesse sentido, Osmar Dias solicitou ontem ao presiden-



Osmar espera agilidade na Câmara

te da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), esforços para acelerar a votação do projeto na Câmara.

Pelo projeto, os médicos que

utilizam entorpecentes para aliviar as terríveis dores dos pacientes de câncer não poderão receber o mesmo tratamento destinado a criminosos. Pela sua importância, esperamos que a tramitação na Câmara se dê da forma mais célere possível - afirmou Osmar Dias.

Outro ponto importante do projeto, destacado pelo senador, é a obrigatoriedade de o Estado fornecer medicamentos de graça aos pacientes com câncer, a exemplo do que já acontece com os portadores do vírus da Aids, a partir de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP).

Empregado poderá escolher banco

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em sessão realizada ontem pela manhã, projeto de lei que garante ao trabalhador a escolha do banco no qual o empregador depositará o seu salário. Segundo o autor do projeto, senador Júlio Campos (PFL-MT), atualmente o "trabalhador está obrigado a um vínculo quase compulsório com o

banco, sem lhe ter sido dado o direito de escolha".

Segundo o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), relator do projeto, a sua aprovação evitará a gestão arbitrária e indesejada das contas funcionais.

Na mesma reunião, a CAS aprovou projeto alterando lei que trata da fiscalização sanitária de medicamentos, cosméticos e produ-

tos de limpeza. Pelo projeto, esses produtos somente poderão ser expostos à venda e entregues ao consumo em recipientes lacrados nos quais constem o número do lote e a data de validade.

Os dois projetos foram aprovados em decisão terminativa, sendo encaminhados para apreciação à Câmara dos Deputados.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a quebra da imunidade parlamentar

8h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência Social do Ministério da Saúde Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

9h30 - Entrevista com senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a quebra da imunidade parlamentar

10h - Sessão plenária (vivo) - discussão, em turno único, sobre o exercício da profissão de bibliotecário

Logo após: Comissão de Relações Exteriores, que aprecia a indicação do ministro de primeira classe José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Peru (gravado)

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a quebra da imunidade parlamentar

19h30 - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência Social do Ministério da Saúde Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência Social do Ministério da Saúde Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

9h45 - "Plenário em Revista"

10h - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Missão do PSDB é educar, diz Jefferson



Jefferson

Com a perda de intensidade da crise asiática, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse ontem que os países mais atingidos por ela, apesar das atuais adversidades, são um exemplo no que diz respeito "aos maciços investimentos públicos no ensino fundamental e na formação de mão-de-obra", tarefa que ele considera ser missão histórica do PSDB, "se, como tudo indica, vencermos a eleição presidencial do corrente ano".

Para o senador, o rótulo "tigres asiáticos" esconde relevantes diferenças entre as economias da Tailândia, Malásia, Hong Kong e Coreia do Sul, mas, apesar disso, todas elas implantaram um eficiente e qualificado sistema público de ensino, sempre tiveram políticas monetárias austeras e elevada poupança interna, além de enfatizarem um modelo econômico voltado para a exportação.

Falta apoio aos flagelados, afirma Suassuna



Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao cobrar providências do governo federal para as vítimas da seca no Nordeste, especialmente no estado da Paraíba, citou ontem o historiador francês Ernest Renan, que, em conferência na Sorbonne há exatamente 116 anos, no dia 11 de março de 1882, definiu nação como "resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamentos".

O pensador francês, segundo Suassuna, também definiu nação como uma "grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios daqueles que a fizeram e dos sacrifícios daqueles que ainda estão dispostos a fazê-los".

- A seca virou rotina e não sensibiliza mais, por isso citei Ernest Renan. Nós estamos desesperados e não sabemos a quem apelar mais. Não está existindo solidariedade para com o Nordeste.



Melo pediu aos participantes que cuidem dos interesses do Estado sem esquecer do cidadão

Durante encontro realizado no Senado, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, pediu aos estados que garantam transparência aos gastos públicos

Melo vê controle interno como avanço da sociedade

"O esforço de integração do controle interno no país é reflexo do avanço da sociedade brasileira", afirmou ontem de manhã o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado, ao participar da abertura do V Encontro Nacional de Dirigentes do Controle Interno (Endicon), no Auditório Petrólio Portella.

O senador disse também que os dirigentes da área têm que manter os princípios da utilidade do serviço público, lembrando que "muitas vezes, em nome dos interesses do Estado, é possível que se esqueça dos interesses do cidadão".

Como exemplo, Geraldo Melo citou o recadastramento de idosos, que torna paralisado o serviço de pagamento dos aposentados. "É preciso uma fiscalização operacional" para que isso não mais aconteça, frisou.

O secretário federal de Controle, Domingos Poubel de Castro, que

preside o V Endicon, abriu o encontro alertando para o fato de que o país tem uma carga tributária elevada e deve proporcionar, portanto, uma boa e regular aplicação de seus recursos públicos. Logo em seguida, o ministro Iram Saraiva, do Tribunal de Contas da União (TCU), disse em seu pronunciamento que "aqui estão os olhos do Brasil".

Pedro Parente, secretário executivo do Ministério da Fazenda, que representou o ministro Pedro Malan, fez um apelo para que os estados e municípios sigam o exemplo do governo federal e deem maior transparência aos gastos públicos.

Parente disse que os dirigentes públicos devem se espelhar no exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), utilizado pelo governo federal, e que garante o acesso rápido e eficiente ao que se passa na gestão dos recursos públicos. Ele ressaltou que o maior controle dos gastos

decorre da estabilidade da moeda e do fim da inflação.

PROGRAMAÇÃO

A programação de ontem contou ainda com exposições do procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Jorge Ulysses Fernandes, sobre controle das licitações, seguida de debate; do diretor da divisão de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Luiz da Eira, sobre auditoria em obras de engenharia, e dos secretários do TCU, Evaldo Ruy Rocha e Antônio Quintino Rosa, sobre admissões e concessões, também seguida de debate.

O V Endicon, promovido pelo Conselho do Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Dicon) - que tem como presidente a diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado, Martha Lyra Nascimento - vai até o dia 13.

Mauro cobra medidas contra violência no DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem providências do governo federal para combater a violência e os altos



Mauro Miranda

índices de desemprego registrados em Brasília e na região do Entorno, sugerindo que o assunto seja incluído na pauta da reunião ministerial que o presidente Fernando Henrique Cardoso realiza na próxima sexta-feira.

Para Mauro Miranda, a questão social do Distrito Federal e do Entorno não é apenas um desafio de ordem local ou regional, mas um problema político-social de implicações nacionais.

- Como sede dos Poderes da República, somos a vitrine mais exposta do país, nas suas relações externas com a comunidade internacional. Além de tudo isso, como Patrimônio Cultural e Histórico da Humanidade, é incompatível para a imagem de Brasília conviver passivamente com o estigma de altas taxas de desemprego e índices alarmantes de violência - afirmou.

Mauro Miranda disse que "a situação que se verifica em Brasília e na região do Entorno é crítica e exige soluções imediatas".

Ronaldo recebe homenagem

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) será homenageado hoje pela Academia



Taguatinguense de Letras, da cidade-satélite de Taguatinga (DF), durante ato comemorativo do sesquicentário de Castro Alves.

Também poeta, o senador receberá o diploma "Honra ao Mérito Castro Alves", pela sua participação nas comemorações que marcam o sesquicentário de nascimento, vida e obra do poeta baiano.

Suplicy contesta acusação do porta-voz da Presidência

Em resposta a comentário do porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ontem se ele pretende que a oposição não cumpra seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Na terça-feira, o senador petista, acompanhado pelos se-

nadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sebastião Rocha (PDT-AP), entrou com representação junto à Corregedoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando apuração de denúncias de utilização da máquina pública federal com fins eleitorais. Para o porta-voz da Presidência, Suplicy teria sido movido por "oportunistismo político".

Segundo Suplicy, fatos relativos à utilização da máquina administrativa para pressionar os convenionais do PMDB foram relatados em toda a imprensa.

- Compete a qualquer cidadão, sobretudo a um senador, chamar a atenção do presidente para o fato de que ele está descumprindo a lei - reiterou.